



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE

Requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro da Casa Civil, esclarecimentos acerca da falta de transparência e informações do detalhamento de investimentos no âmbito do Novo Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC).

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e dos arts. 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro da Casa Civil, esclarecimentos acerca da falta de transparência e informações do detalhamento de investimentos no âmbito do Novo Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC).

Nesses termos, requisita-se:

1. Considerando que o Novo PAC prevê investimentos de R\$ 1,3 trilhão, por qual motivo apenas R\$ 79,5 bilhões (aproximadamente 6% do total) apresentam dados detalhados nos portais oficiais, conforme apontado por recente estudo da Transparência Internacional – Brasil? Onde está o detalhamento dos R\$ 1,2 trilhão restantes?
2. Como o Governo Federal justifica a baixíssima pontuação de 12,12 (em uma escala de 0 a 100) no índice de transparência do programa?



3. Quais medidas concretas estão sendo tomadas para elevar esse índice e garantir o controle social?
4. Em relação a projetos de alto impacto, como a Usina Nuclear de Angra 1 e a Termoelétrica de Manaus, por que não foram disponibilizados documentos fundamentais como estudos de impacto ambiental, cronogramas atualizados e editais de licitação? Se existirem, enviar os documentos.
5. Dos quase R\$ 467 bilhões previstos para a transição energética, qual o percentual exato que possui transparência total (projeto, licitação, execução e fiscalização) de fácil acesso ao cidadão? Onde estão disponíveis?
6. Diante do cenário de "apagão de dados" relatado pela imprensa e por órgãos de controle, quais são os mecanismos de integridade específicos implementados pela Casa Civil para impedir o desvio de finalidade e a corrupção em obras que hoje carecem de publicidade?
7. Existe um cronograma para a unificação das informações do PAC em uma plataforma única e intuitiva, evitando a dispersão de dados em múltiplos sites que dificulta a fiscalização parlamentar e cidadã?

JUSTIFICAÇÃO

O papel fiscalizador do Poder Legislativo é um dos pilares do Estado Democrático de Direito. Recentemente, fomos surpreendidos por notícias alarmantes (veiculadas pelo Portal Novo Norte e fundamentadas em relatórios técnicos) que apontam um verdadeiro "apagão" de informações no Novo PAC.

É inadmissível que um programa que mobiliza mais de R\$ 1,3 trilhão de reais, recursos oriundos do suor do contribuinte brasileiro, mantenha mais de



94% de sua execução sob uma "nuvem" de incertezas. A transparência não é uma escolha política, mas um dever constitucional (Art. 37, CF).

A falta de cronogramas, editais e estudos de impacto ambiental em obras críticas não apenas fere o princípio da publicidade, mas acende um alerta vermelho sobre riscos de má gestão e corrupção. Sem dados claros, o controle social é anulado e a fiscalização por parte deste Senado Federal é prejudicada.

Como representantes do povo, não podemos permitir que o destino de R\$ 1,2 trilhão permaneça oculto. Este requerimento busca trazer à luz a realidade dos investimentos e garantir que o dinheiro público seja gerido com a integridade que o Brasil exige. Dessa forma, requeremos a aprovação do requerimento pelos nobres colegas.

Fontes:

<https://cbn.globo.com/politica/noticia/2026/01/05/transparencia-internacional-critica-governo-por-falta-de-dados-sobre-obras-do-pac.ghtml>

<https://portalnovonorte.com.br/noticia/110562/qapagaoq-de-dados-no-novo-pac-esconde-destino-de-r-1-2-trilhao-e-acende-alerta-de-corrupcao>

Sala das Sessões, 7 de janeiro de 2026.

Senador Eduardo Girão
(NOVO - CE)
Líder do NOVO

